

Inclusão do autista na escola através da literatura infantojuvenil

Inclusion of the autistic in school through children's literature

Inclusión del autista en la escuela a través de la literatura infantil

Recebido: 25/03/2023 | Revisado: 04/04/2023 | Aceitado: 06/04/2023 | Publicado: 12/04/2023

Jaqueline Farias de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5337-0932>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: jaquelinefoliveira@unirg.edu.br

Fabiana Lopes Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0045-0725>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: jbialopez09@gmail.com

Nayara Lopes Botelho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7767-6960>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: nayara.l.botelho@unirg.edu.br

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está associado a uma alteração neurobiológica que provoca déficits persistentes na comunicação e na interação social, em múltiplos contextos, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, podendo acontecer em níveis de severidade distintos. Por ser a escola um ambiente referencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, essa passa a ser vista como um ponto de apoio fundamental não somente para o aluno com o TEA, mas para toda a sua família. Desde os últimos anos do século XX, houve uma progressão em relação aos atos normativos educacionais, com diversas interpretações de conceitos em torno da inclusão do aluno com deficiência na educação formal. O município de Gurupi é o terceiro maior do Estado do Tocantins e é considerado o polo da região sul do Estado. Desta forma esta pesquisa tem como problemática a seguinte questão: Qual a influência da literatura infantojuvenil na inclusão do aluno com autismo nas escolas da rede pública de ensino de Gurupi – TO? Trazer a literatura infantil para o cenário da educação inclusiva, especificamente, para as crianças com TEA, significa oferecer para as crianças experiências que desenvolva a imaginação, emoções e sentimentos, contribuindo ainda para um discurso inclusivo, rompendo paradigmas de limitações. Conclui-se que dentro dos dados avaliados, o município de Gurupi é carente no requisito de literaturas infantojuvenil específicas para indivíduos com transtorno do espectro autista.

Palavras-chave: Autismo; Adaptação curricular; Literatura; Educação.

Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) is associated with a neurobiological alteration that causes persistent deficits in communication and social interaction, in multiple contexts, in addition to the presence of restricted and repetitive patterns of behavior, interests or activities, which can occur in levels of severity different. As the school is a reference environment for the development of children and adolescents, it is seen as a fundamental point of support not only for the student with ASD, but for their entire family. Since the last years of the 20th century, there has been a progression in relation to educational normative acts, with different interpretations of concepts around the inclusion of students with disabilities in formal education. The municipality of Gurupi is the third largest in the State of Tocantins and is considered the center of the southern region of the State. Thus, this research has the following question as problematic: What is the influence of children's literature on the inclusion of students with autism in public schools in Gurupi - TO? Bringing children's literature to the inclusive education scenario, specifically for children with ASD, means offering children experiences that develop imagination, emotions and feelings, also contributing to an inclusive discourse, breaking paradigms of limitations. It is concluded that within the data evaluated, the municipality of Gurupi is lacking in the requirement of specific children's literature for individuals with autism spectrum disorder.

Keywords: Autism; Curriculum adaptation; Literature; Education.

Resumen

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) se asocia a una alteración neurobiológica que provoca déficits persistentes en la comunicación y la interacción social, en múltiples contextos, además de la presencia de patrones de comportamiento, intereses o actividades restringidos y repetitivos, que pueden presentarse en niveles de gravedad diferente. Siendo la escuela un entorno de referencia para el desarrollo de los niños y adolescentes, se la ve como un punto de apoyo fundamental no solo para el alumno con TEA, sino para toda su familia. Desde los últimos años del siglo XX, ha habido una progresión en relación a los actos normativos educativos, con diferentes interpretaciones de conceptos en torno a la

inclusión de estudiantes con discapacidad en la educación formal. El municipio de Gurupi es el tercero más grande del Estado de Tocantins y es considerado el centro de la región sur del Estado. Así, esta investigación tiene como problemática la siguiente pregunta: ¿Cuál es la influencia de la literatura infantil en la inclusión de alumnos con autismo en las escuelas públicas de Gurupi - TO? Llevar la literatura infantil al escenario de la educación inclusiva, específicamente para niños con TEA, significa ofrecer a los niños experiencias que desarrollen la imaginación, las emociones y los sentimientos, contribuyendo también a un discurso inclusivo, rompiendo paradigmas de limitaciones. Se concluye que dentro de los datos evaluados, el municipio de Gurupi carece del requerimiento de literatura infantil específica para personas con trastorno del espectro autista.

Palabras clave: Autismo; Adaptación curricular; Literatura; Educación.

1. Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se refere a uma gama de condições que possuem como característica algum grau de comprometimento no comportamento social, comunicação e linguagem, e por uma série estreita de vontades de atividades que são únicas para os indivíduos e realizadas de forma repetitiva. O TEA se inicia na infância e persiste na adolescência e também na idade adulta, sendo comum ser identificado nos cinco primeiros anos de vida do indivíduo (OMS, 2022).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está associado a uma alteração neurobiológica que provoca déficits persistentes na comunicação e na interação social, em múltiplos contextos, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, podendo acontecer em níveis de severidade distintos (APA, 2014).

É um transtorno do desenvolvimento global, que afeta o sistema nervoso e o neurodesenvolvimento infantil. Algumas de suas características podem ser percebidas ainda nos anos iniciais da infância; porém, por volta dos três anos de idade, período em que as crianças entram em idade escolar, elas tendem a demonstrar distúrbios também relacionados à linguagem que interferem no processo de comunicação, na interação e no comportamento social.

De acordo com o DSM-5 — Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — em sua definição, traz que o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. Sendo que o Transtorno do Espectro Autista, TEA, tem três características que são essenciais para o seu diagnóstico. Ainda que os sintomas possam variar caso a caso, esses elementos são determinantes para realizar o diagnóstico e identificação de autismo.

Ele pode ser medido de acordo com a gravidade e as características que a criança apresenta. Apontam-se, assim, três níveis, a saber: nível 1 (leve), a criança apresenta poucas dificuldades no seu desenvolvimento; nível 2 (moderado), a criança apresenta déficit em algumas habilidades; nível 3 (severo), a criança na maioria dos casos necessita de um suporte maior para exercer suas atividades. Esses diferentes níveis estão cada mais presentes nas escolas, com isso, é responsabilidade da instituição elaborar atividades que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, a adaptação e a socialização com os demais alunos (APA, 2013).

O autismo abarca quadros que são distintos entre si, porém apresentam sintomatologia em comum. Apesar do movimento a favor da inclusão, crianças e adolescentes com autismo ainda são alvos de inquietações pelos profissionais da educação acerca da metodologia que devem usar para desenvolver relações sociais comuns (Melo, 2014).

O diagnóstico de autismo é clínico e deve ser feito por profissionais especializados através da observação da criança e conversa com pais e familiares. Já no primeiro ano de vida é possível detectar alguns sinais, como contato visual pobre, ausência de balbucio ou gestos sociais e/ou não responder pelo nome quando chamado.

A observação dos pais ou responsáveis é muito importante uma vez que notado o pouco interesse em compartilhar objetos e dificuldade em desviar o foco em atividades que interessa à criança. Problema para dormir também é uma característica muito presente no autismo, assim como, seletividade para alguns alimentos, medos excessivos e hipersensibilidade a determinados estímulos sensoriais, para o diagnóstico de TEA, tem se alguns sinais que devem ser elencados como relevantes,

tais como: a excessiva preferência por determinados objetos, texturas, cores ou jogos. Pode haver uma demora para engatinhar, andar, falar e até mesmo regressão da fala entre 1 e 2 anos (Silva,2020).

Sua prevalência nos EUA, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), é de uma para cada 59 crianças na faixa etária dos 8 anos (Baio et al., 2018). No caso do Brasil, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), não existem dados oficiais de prevalência; no entanto, nos últimos anos, sabe-se que as estimativas têm aumentado notavelmente, podendo ser resultado do aumento dos critérios diagnósticos e do desenvolvimento de meios de investigação mais adequados (SBP, 2019).

Por ser a escola um ambiente referencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, essa passa a ser vista como um ponto de apoio fundamental não somente para o aluno com o TEA, mas para toda a sua família. Desde os últimos anos do século XX, houve uma progressão em relação aos atos normativos educacionais, com diversas interpretações de conceitos em torno da inclusão do aluno com deficiência na educação formal (Rosa et al., 2019).

Uma importante conquista que ocorreu a partir da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Brasil, 2012), passa a considerar pessoa com deficiência (PcD), sendo incluída na modalidade da Educação Especial (Brasil, 1996).

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional -, Estado, família, comunidade escolar e sociedade de modo geral devem garantir a qualquer pessoa com deficiência, qualidade de ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (Brasil, 1996).

Especificamente com relação à escola, esta deve possuir um ambiente acolhedor, no qual o aluno possa ter livre acesso e condições de permanência, a partir do reconhecimento de suas especificidades e potencialidades, com adequações de métodos e de práticas educacionais realizadas em prol da efetiva inclusão. O autismo abarca quadros que são distintos entre si, porém apresentam sintomatologia em comum. Apesar do movimento a favor da inclusão, crianças e adolescentes com autismo ainda são alvos de inquietações pelos profissionais da educação acerca da metodologia que devem usar para desenvolver relações sociais comuns (Melo, 2014).

No Brasil, existem várias leis que asseguram à criança e/ou ao adolescente com autismo o acesso à educação e um atendimento especializado. Dessa maneira, é dever da escola aceitar esse aluno com autismo, e então elaborar ações de inclusão dele no meio social escolar, sendo, assim, uma escola inclusiva. Segundo Booth e Ainscow (2012), uma escola inclusiva favorece a relação social entre os alunos e, igualmente, maior envolvimento nos processos educacionais.

De acordo com Braga (2018), a instituição de ensino é responsável por propiciar um espaço de inclusão, desenvolvendo práticas pedagógicas que auxiliem os alunos com deficiência no seu processo de desenvolvimento. O acesso à escola regular como um direito do aluno com deficiência pressupõe a oferta ao aluno de um ambiente adequado para aprendizagem e que auxilie o desenvolvimento de suas habilidades.

E importante que, nesse espaço de inclusão tenha a presença de um profissional capacitado que acompanhe esse aluno juntamente com a professora em sala de aula, que seja responsável por acompanhar seu processo de inclusão e elaborar planos e adaptações de acordo com suas habilidades de modo conjunto com o professor regente, esse profissional é denominado professor de apoio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno com suas necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode

haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

Em uma sociedade em que o processo de modernização ficou evidente devido à industrialização, cabe à escola adequar o jovem a esse novo quadro social, através da escolarização, habilita-se a criança ao consumo das obras impressas. Esse processo aperfeiçoa a tipografia e a expansão da produção de livros, o que inicia o estreito laço entre a literatura e a escola.

Segundo Zilberman (2005) os primeiros livros escritos para crianças foram adaptações da Literatura Europeia, ou melhor, dos contos de fadas (Branca de Neve, Cinderela, Chapeuzinho Vermelho) que foram adaptados para que as crianças pudessem ler, pois até então, só adultos tinham acesso a livros.

Assim, o Brasil passou a traduzir estas adaptações para o português. No Brasil, as obras literárias foram liberadas na década de 70 para serem utilizadas em sala de aula como instrumento de ensino do professor, assim eles não precisavam mais se utilizar somente do livro didático. No entanto, a visão do papel da literatura era muito conservadora e havia uma predominância de uma perspectiva moralista ou pedagógica nos textos literários. Essa visão conservadora e o uso da literatura como um instrumento para ensinar outros objetivos pedagógicos é objeto de preocupação de Zilberman (2005, p. 51), uma vez que desconsidera o valor da literatura por sua própria natureza.

Os livros infantis devem sempre chamar a atenção das crianças no primeiro momento que ela o vê, ou seja, desde a sua capa. Alguns livros falham no que diz respeito ao aspecto ilustrativo. Entretanto, isso não pode ocorrer nos livros infantis, pois as ilustrações trazem informações significativas, mostrando como são os personagens. Dessa forma, dá-se uma maior veracidade à história.

As características que as obras literárias dedicadas às crianças possuem são completamente diferentes das características daquelas destinadas aos adolescentes e jovens. Mas afinal, quais as características que as obras literárias dadas às crianças devem possuir?

Segundo Albino (2010), a literatura infantil suscita reflexões sobre seu receptor, o público infantil. Desse modo, pensar a literatura infantil significa além da construção linguística, mas uma obra que já tem seu receptor, e que já é direcionada para as crianças. Para o autor, o surgimento da literatura infantil ocorreu na Europa, no contexto da Revolução Industrial no século XVIII. Nesse contexto, a criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura e passa ser vista como detentora de um novo papel na sociedade, um ser frágil, desprotegido e dependente, e nesse sentido também se observa o surgimento da escola (Albino, 2010).

Segundo Frantz (2011) existem algumas características nos livros infantis que precisam ser evitadas para que a leitura não se torne desagradável para as crianças. São elas: a) Didatismo e pedagogismo: a leitura tem sido utilizada apenas como fins Didático-pedagógicos; b) Moralismo: os livros infantis estão repletos de histórias que almejam unicamente a transmissão de normas de comportamento que levem a criança a ser da maneira como os adultos desejam. c) Adultocentrismo e paternalismo: o mundo adulto com todos os seus preconceitos e valores sobrepõem-se aos valores do mundo infantil, sufocando-os. d) Visão fechada de mundo: alguns autores apresentam a seus leitores infantis um mundo pronto, acabado, de valores absolutos e inquestionáveis. e) Infantilismo: há textos que parecem se destinar a um leitor que só entende a linguagem do “inho” e da “inha”, subestimando a criança, entendendo o ser infantil como um ser menor, inferior, ao qual se deve oferecer uma literatura igualmente inferior e de menor qualidade (Frantz, 2011).

Desse modo, o surgimento da literatura ocorre para aproximar leitura e escola, ao mesmo tempo em que reafirma posturas pedagógicas a fim de que as crianças ganhem atenção enquanto indivíduo em formação. Nesse contexto aumenta-se o número de histórias voltadas para o mundo infantil. Verifica-se que os livros com mais notoriedade eram de contos de fadas, histórias fantásticas e de fantasias. Dentre elas destacam-se La Fontaine (1968), e Os Contos de Mamãe Gansa (1967) (Costa, 2020).

A maioria dos diagnósticos acontece geralmente quando a criança já está na escola, incluindo então o papel dos professores como sendo fundamental para identificar sinais que possam indicar o TEA. Por isso, é importante o diagnóstico precoce, por meio da observação dos professores, pais e/ou responsáveis, e uma análise mais profunda e definitiva realizada pelos profissionais que estão ligados diretamente ao aprendizado das crianças autistas. Sendo assim, o objetivo do deste trabalho foi de averiguar os processos de inclusão utilizados pelas escolas de Gurupi com os alunos TEA.

2. Metodologia

A pesquisa é uma revisão bibliográfica integrativa, descritiva e exploratória, a fim de elucidar através de artigos associados com o objeto do estudo e pesquisa de campo na cidade de Gurupi para levantar o quantitativo de alunos TEA, avaliar os métodos de adaptação curricular e o recolhimento de dados científicos organizados por meio de apuração de artigos associados com o objeto do estudo, que foram e serão pesquisados nas bases de dados bibliográficas a partir de descritores que conduziram a pesquisa: Inclusão, autismo, literatura infanto-juvenil.

Com base em Ercole et al., (2014) a revisão integrativa, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos foram realizadas leituras e fichamentos em diversas publicações como livros, tese, artigos e periódicos, utilizando os bancos de dados Scielo (ScientificElectronic Library Online), Lilacs (Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Google Acadêmico.

Nessa pesquisa foram incluídos livro, periódicos e artigos no período de 2018 a 2023 com os seguintes descritores “Autismo, Inclusão, Literatura infantojuvenil”. Optou-se por esse período por ter sido julgado tempo necessário para a obtenção de artigos científicos com dados atuais e relevantes a respeito da temática e, devido também a uma busca prévia realizada que acabou por mostrar que, nos últimos anos, a produção se mostrou mais substancial.

Os dados foram analisados com técnicas qualitativas e quantitativas do conteúdo, sendo apresentado os resultados dos pontos mais importantes envolvendo a atuação do professor como profissional que deve orientar e ensinar o uso de livros com literatura infantojuvenil nas escolas, principalmente no que se refere a inclusão social de estudantes.

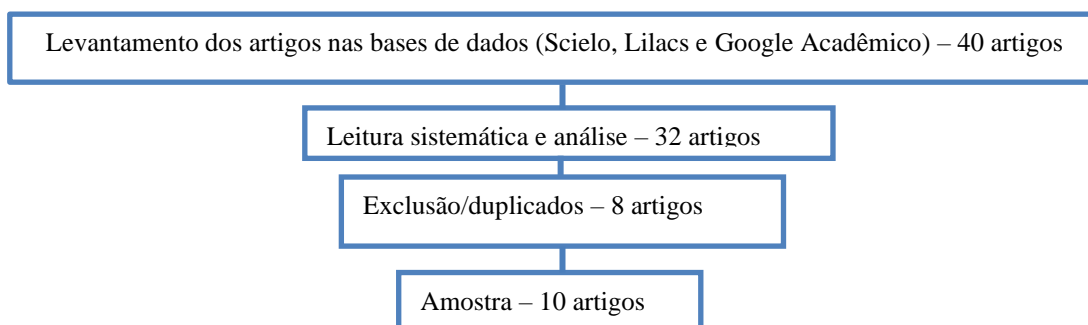
Para tanto, a busca bibliográfica será realizada de modo online, na plataforma do Google Acadêmico, Scielo, BDTD, revistas de qualis A a B1, com a publicação das produções selecionadas o período de 2018 a 2022.

Os critérios de inclusão elencados para o estudo consideraram artigos na íntegra com disponibilidade de acesso ao texto completo em suporte eletrônico publicadas em periódicos nacionais, contemplando a temática e objetivo do estudo e estando no período temporal selecionado.

Os critérios de exclusão, por sua vez, foram de artigos sem a abordagem da temática do estudo e desprovidos de contribuição para implementação do objetivo do mesmo, não contemplando a delimitação temporal selecionado, bem como artigos não disponíveis na íntegra na plataforma online, ou publicados na literatura científica fora do âmbito nacional.

Após a realização da pesquisa, foram selecionados 10 artigos que se enquadravam nos objetivos e nos critérios de inclusão, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma para seleção dos artigos relevantes.



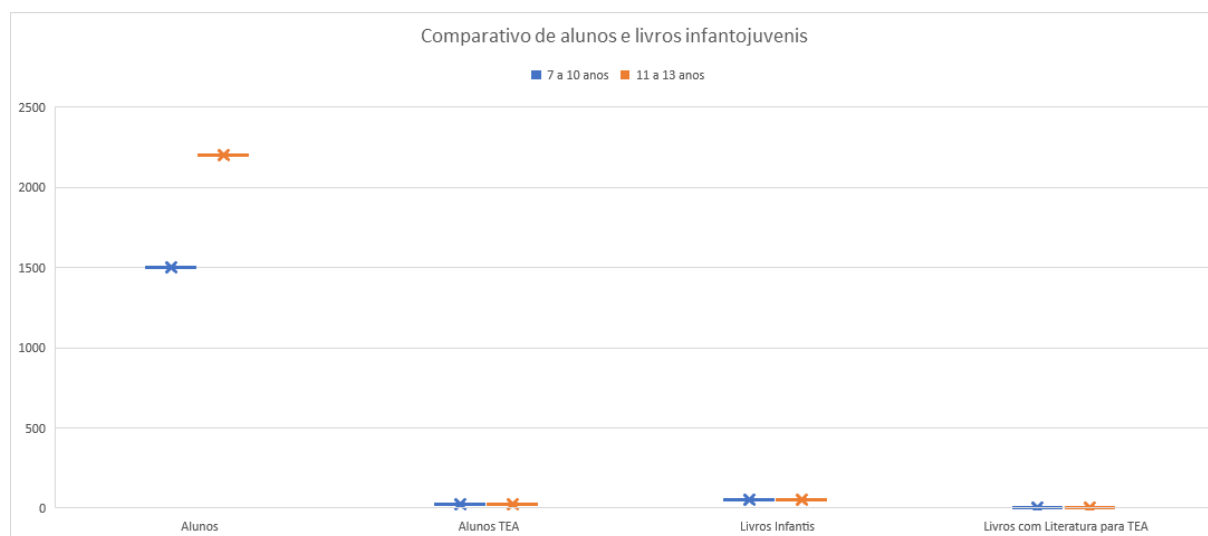
Fonte: Autores (2023).

3. Resultados e Discussão

A Secretaria Municipal da Educação de Gurupi (SEMEG) atende diariamente 8,2 mil alunos em 26 unidades de ensino, sendo uma dessas escolas situadas na zona rural. (Pmg,2023).

Conforme citado anteriormente, o Transtorno do Espectro Autista diz respeito a uma série de condições que possuem como fator comum algum grau de comprometimento no comportamento social, segundo a Organização Mundial de Saúde. Diante disso, no Gráfico 1, está demonstrado o comparativo de alunos e a quantidade de livros infantojuvenis.

Gráfico 1 - Relação de alunos matriculados na rede de ensino público na cidade de Gurupi e o quantitativo de livros com títulos infantis disponibilizados em 2023.



Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Gurupi – TO – DRE (2023).

De acordo com o Gráfico 1, o município de Gurupi ainda não evoluiu as questões de inclusão da criança autista na sociedade e na escola. Ao ingressar na escola, a criança autista pode ter seu comportamento associado a falta de interesse na participação das aulas.

Segundo Haje (2018), o levantamento feito pelo INEP em 2018 aponta que 55% das escolas do Brasil não têm bibliotecas ou salas de leitura para que sejam trabalhadas atividades de leitura e de escrita, faltando acesso a materiais de qualidade no tocante à literatura infantil. Diante desses dados, surge a dúvida se algumas escolas estão devidamente preparadas para receber e acolher estudantes com necessidades educacionais especiais.

É garantido por lei o ingresso dessas crianças na escola regular, pelo capítulo V da LDB e se caso houver a necessidade de atendimento especializado a escola precisa disponibilizar ao aluno monitores. Em 2020 foi sancionada também a lei Romeu Mion que fez com que criasse uma carteira de identificação para as crianças autistas dando acesso prioritário. A Lei Federal 13.146 de 6 de julho de 2015 garante a inclusão de pessoas com deficiência, objetivando o ensino igualitário para todos do ensino infantil ao médio, desenvolvendo ao máximo suas habilidades (capítulo IV).

A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular implica transformações importantes que vão além de adaptações físicas, sobretudo na maneira como os educadores enxergam-nos, como compreendem o próprio papel, concebem a relação com o saber e o conhecimento. As dificuldades e limitações devem ser consideradas com particularidade, modificando o processo de aprendizagem, para que aconteça de maneira eficaz, e, se possível, que essa mudança seja para todos, contemplando o Desenho Universal de Aprendizagem – DUA, (Ribeiro & Amato; 2018).

A participação de professores devem ser palpada com a construção de novos conhecimentos, estimulando a autonomia e uma aprendizagem mais contextualizada, potencializando ainda o desenvolvimento integral dos estudantes (Schlúzen et al., 2020).

Por fim, para isso, faz-se necessária a formação dos professores e demais profissionais que atuam com os estudantes público-alvo da Educação Especial, visando a melhoria e qualificação dos profissionais envolvidos, para que estejam preparados e tenham subsídios para desencadear práticas equitativas e inclusivas ao longo da vida do educando, principalmente na educação infantil de alunos com TEA. (Pnes, 2020).

4. Conclusão

A escola precisa ser um espaço de desenvolvimento intelectual dessas crianças. Para tanto, faz-se necessário implementar ações pedagógicas que irão estimular o desenvolvimento infantil nas mais diversas áreas, como é o caso da literatura infantil principalmente na rede de ensino público da cidade de Gurupi – TO.

No que se refere a inclusão da criança autista, muito já se conquistou em termos de legislação e política pública, porém, ainda se faz necessário formações voltadas para o atendimento de pessoas autistas, bem como mais publicações sobre o tema.

Referências

- Albino, L. C. D. (2010). A literatura infantil no Brasil: origem, tendências e ensino, 2010. <http://docplayer.com.br/8682229-A-literatura-infantil-no-brasil-origemtendencias-e-ensino.html>
- Apa. American Psychiatric Association. (2014). DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais. *ARTMED*.
- Baio, J. et al. (2018). Prevalência de transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos - rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento, 11 locais, Estados Unidos, 2014. *MMWR Surveillance Summaries*, 67 (6).
- Brasil. (1996). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil. (2020). Casa Civil. Súmula nº 191. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 27 de dezembro de 2012. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. *Brasília*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.
- Braga, W, C. (2018). Autismo: azul e de todas as cores -guia básico para pais e profissionais. *Paulinas*.
- Bortolozzo, A, S. (2007). Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais. *Dissertação (mestrado)*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf.
- Booth, T. (2012). Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola.
- Costa, A. C. (2020). A importância da Literatura Infantil no desenvolvimento da criança: uma revisão bibliográfica, *Rev. Ipameri*.
- Cunha, E. (2016). Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. *Digitaliza Conteúdo*.
- Ercole, F, F. et al. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Reme.org.br*, 10.5935/1415-2762.20140001. <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>.

Frantz, M. H. Z. (2011). A literatura nas séries iniciais. *Vozes*.

Haje, L. (2018). Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura. *Camara.leg.br*, 2018. <https://www.camara.leg.br/noticias/https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dadosdoinep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-%20leitura/>.

Melo, K, G, de. (2014). O Processo de Ensino-Aprendizagem da Criança com Autismo, na Sala do Ensino Regular: das concepções a práticas das suas professores e profissionais de apoio. *Dissertação (Mestrado em Educação)* -Faculdade de Ciência da Educação, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, Lisboa.

Miranda, T. G & Filho, T. A. G. (2012) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. *Edufaba*, 2012.

Organização Mundial da Saúde. (2022). Transtorno do Espectro Autista. <<https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-doespectroautista#:~:text=O%20transtor%20do%20espectro%20autista,e%20realizadas%20de%20forma%20repetitiva>>.

Ribeiro, G, R, de P, S. et al. (2018). Análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 18(2), 125-151. <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p125-151>.

Rosa, F. D. et al. (2019). Escolarização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores adultos com TEA. *Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*, 27(2), 302-316.

Santos, A, M, T. (2008). Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. *Crda*.

Schlúzen, E, T, M. et al. (2020). Abordagem construcionista, contextualizada e significativa: formação, extensão e pesquisa no processo de inclusão. *Curitiba: Appris*.

Silva, M, & Mulick, J. (2020) Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. *Psicol. cienc. prof.* [online].29(1), 116-131.

Sociedade Brasileira de Pediatria. (2019). Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Transtorno do Espectro do Autismo: Manual de Orientação, tn. 5, 2019.://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775d-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo__2_.pdf.

Zilberman, R. (2005). Literatura Infantil na Escola. (11a ed.), Ver., atual e ampl. *Global*.